



stop illegal fishing



NEPAD Programme



NEPAD



TRAFFIC
the wildlife trade monitoring network



PARAR A PESCA ILEGAL
CASO DE ESTUDO SÉRIE 02

Tribunais Ambientais

REVELAR-SE EFICAZ

Antecedentes

Desde a década de 60 que a costa Sudoeste da África do Sul foi vítima da captura ilegal de abalone. Os principais factores que contribuíram para a pesca furtiva do abalone e actividades criminais associadas incluíram: o elevado valor do molusco, o baixo risco de detecção, a fraca dissuasão em resultado das baixas multas e sanções, bem como dos reduzidos índices de condenação. Isto foi agravado pela baixa prioridade dada aos processos ambientais nos tribunais gerais, em combinação com o facto de os procuradores muitas vezes não possuírem os conhecimentos necessários para procederem com êxito à acusação.

Neste momento, a taxa de condenação por crimes ambientais na África do Sul é de aproximadamente 10%¹. Num esforço para melhorar esta taxa, o Departamento Sul-africano de Justiça e a Autoridade Nacional de Desenvolvimento Constitucional do Ministério Público (NPA) e a sua Direcção do Ministério Público (DPP) no Cabo Ocidental trabalharam, em colaboração com o então designado Departamento de Assuntos Ambientais e Turismo (DEAT), ramo de Gestão Marítima e Costeira (MCM), para estabelecer um tribunal no Cabo Ocidental, consagrado às questões ambientais.

A criação deste primeiro tribunal ambiental foi fortemente apoiada pelos Ministros responsáveis pela justiça e assuntos ambientais, o que levou a que o tribunal fosse estabelecido de forma rápida e harmoniosa.²

O tribunal ambiental estabelecido em Hermanus, em 2003, foi o 1º tribunal da África do Sul criado especificamente para combater o crime ambiental. O seu objectivo principal era processar os pescadores furtivos de abalone, embora fossem também levados ao tribunal casos relativos a outras questões ambientais, designadamente o comércio ilegal de chifres de rinoceronte, a poluição das águas e outros crimes marinhos.³

Os primeiros casos do tribunal foram ouvidos no prazo de três meses após a decisão da sua criação. No seu primeiro ano, o tribunal ouviu em audiência 74 casos, dos quais 51 resultaram em acusações bem sucedidas⁴. Isto traduziu-se numa taxa de sucesso de 70%, aumentando drasticamente o número de condenações por crimes ambientais.

Paralelamente à criação do tribunal de Hermanus, a Lei da Fauna e da Flora Marinhas da África do Sul (MLRA) foi alterada. As alterações permitiram aos procuradores construir casos mais fortes e obter um maior número de penas privativas de liberdade. As multas aparentavam ter tido pouco efeito na dissuasão da pesca furtiva, uma vez que as organizações criminosas podiam facilmente cobrir eventuais sanções financeiras em que incorressem. Deste modo, foram procuradas penas de prisão. O tribunal foi bem sucedido não apenas na formulação da acusação a pescadores furtivos individuais, mas também na condenação de outros intervenientes-chave, como compradores, transportadores e transformadores. Sempre que possível, os procuradores públicos solicitaram ao tribunal que ordenasse a apreensão de embarcações, veículos, e equipamentos a favor do Estado, para evitar a sua futura utilização pelos pescadores furtivos de abalone.

OS CASOS DE ESTUDO PARAR A PESCA ILEGAL têm como objectivo:

Definir as melhores práticas através da análise de exemplos práticos de diferentes abordagens na luta contra a pesca IUU. Estes demonstram também a magnitude das actividades e parcerias em curso para parar a pesca ilegal, e fornecem a base para o aconselhamento político.



A História (cont.)

O estudo regional do tribunal de Hermanus foi particularmente importante, pois significava que este podia lidar com os crimes ambientais cometidos em toda a Província do Cabo Ocidental, em vez de apenas os da área municipal. Como o tribunal podia aplicar a Lei regional, os procuradores públicos eram também capazes de emitir multas mais elevadas.

Embora seja difícil de verificar, suspeita-se que o tribunal de Hermanus teve um efeito de deslocalização da pesca furtiva do abalone, com alguns grupos organizados de pesca furtiva a transferirem as suas operações para fora da jurisdição do tribunal. Isto resultou num aumento dos casos de pesca ilegal de abalone no Cabo Oriental, requerendo a colaboração de um procurador ambiental no tribunal distrital de Port Elizabeth. No entanto, como tribunal distrital, Port Elizabeth tinha uma jurisdição mais limitada do que a do tribunal regional de Hermanus. Todavia, em 2005, a taxa combinada de acusações ambientais dos dois tribunais foi de 90%.⁵

O tribunal de Hermanus foi originalmente concebido para ser uma instituição permanente. Porém, em 2006, foi tomada uma decisão política de alto nível no sentido de encerrar vários tribunais especializados que careciam de mandatos legislativos, e que incluiu o tribunal ambiental de Hermanus. As pessoas acusadas de crimes ambientais foram transferidas de volta para o sistema judicial geral.

Durante os seus últimos doze meses de actividade, o tribunal ambiental de Hermanus alcançou uma taxa de condenação de 85%. Durante o mandato do tribunal, 49 pessoas foram presas por crimes relacionados com a pesca furtiva, e muitos outros receberam supervisão correcional, multas ou penas suspensas.⁶

The National Environmental Compliance
O Relatório Nacional de Cumprimento e Execução Ambiental, publicado em 2009, revelou que o número total de casos nos quais a NPA não quis processar aumentou de 16 em 2007/8 para 100 em 2008/9, e o número de condenações caiu de 748 em 2007/8 para 258 em 2008/9.⁷

Principais Características e Resultados

- Dispor de um tribunal e de procuradores especializados permitiu a **construção de conhecimentos e experiências** na lei ambiental Sul-africana, o que significa que os procuradores tinham mais facilidade em identificar argumentos eficazes e bloquear as defesas que anteriormente permitiam libertar os pescadores furtivos.
- A **colaboração e partilha de conhecimentos** entre as agências de aplicação da lei aumentou, a fim de garantir a sólida legitimidade dos casos e o sucesso do tribunal assentou, em grande parte, neste esforço colaborativo.
- Um **manual de formação** foi desenvolvido pelos procuradores, detalhando a adequada aplicação dos regulamentos marinhos Sul-africanos, incluindo a informação necessária para julgar com êxito casos de pesca furtiva. O manual foi distribuído em sessões de formação e disponibilizado online.
- Os casos ambientais receberam **atenção prioritária**, em resultado da rápida audiência dos processos de acusação de um número sem precedentes de criminosos ambientais.
- O aumento das condenações por pesca furtiva **aumentou o ânimo** dos agentes de execução ambiental e validou as perigosas acções necessárias para a detenção dos infractores.

Impulsos

O principal motor por detrás da decisão de criar um tribunal ambiental específico foi o reconhecimento político da necessidade de uma dissuasão mais forte dos pescadores furtivos, num esforço para proteger os valiosos recursos naturais na África do Sul, especialmente o abalone.

Lições Aprendidas

- **Aumentar o nível de dissuasão** através da elevada probabilidade de condenação e de punições severas contribui para a redução dos crimes ambientais.
- A **partilha de conhecimentos** entre os procuradores e outros agentes da Lei é vital, tanto formalmente, através de ferramentas como os manuais e os programas de formação, como informalmente, através do desenvolvimento de relacionamentos.
- **Proporcionar competência para aplicação de sanções elevadas** aos tribunais é importante e pode ser alcançado, por exemplo, através da concessão de estatuto regional aos tribunais ambientais.
- A **utilização dos media** para chamar a atenção para e ajudar a atrair o apoio do público contra crimes ambientais, é uma poderosa ferramenta. Neste caso, os media foram informados sobre as condenações de alto perfil e a publicidade daí resultante aumentou a confiança do público no sistema, encorajando os espectadores a denunciarem crimes e a apresentarem-se como testemunhas.

Desafios

- **Disponibilidade limitada de procuradores e magistrados especializados em direito do ambiente** – foi difícil encontrar procuradores e magistrados formados em direito do ambiente suficientes para cobrir todos os casos que exigiam esta especialidade.
- **A falta de jurisdição ambiental para proporcionar a cobertura geográfica total da pesca do abalone** – acreditava-se que algumas organizações de pesca furtiva transferiam simplesmente as suas operações para fora da competência do tribunal de Hermanus.
- **A falta de formação dos funcionários executivos em legislação, políticas e procedimentos** – inicialmente, esta carência impediu que tivessem provas suficientes e adequadas para a condenação, até ter sido prestada formação.
- **A falta de um mandato legislativo para o tribunal de Hermanus** – o que contribuiu para o encerramento do tribunal.

Actores Envolvidos

- **Decisores políticos de alto nível:** O apoio dos Ministros responsáveis pela justiça e assuntos ambientais garantiu a rápida e harmoniosa criação do tribunal.
- **Procurador principal:** Um advogado do Estado, com conhecimento e interesse em assumir casos e assegurar condenações, garantiu que o processo fosse devidamente orientado e conduzido.
- **Órgão do Estado:** O Departamento de Justiça Sul-Africano, a Autoridade Nacional de Desenvolvimento Constitucional do Ministério Público e a sua Direcção do Ministério Público no Cabo Ocidental, forneceram instalações, cobriram despesas judiciais relacionadas e, em conjunto com a MCM, financiaram os salários dos procuradores e os custos operacionais.
- **Instituições de Formação:** A Academia de Detectives de Paarl proporcionou cursos de formação sobre interpretação e aplicação da legislação aos agentes policiais Sul-africanos e funcionários executivos dos organismos de conservação.
- **Pessoal de execução:** Funcionários das pescas, agentes policiais e pessoal de execução com conhecimento da legislação específica aplicável contribuíram para assegurar a obtenção de meios de prova adequados.



Implicações Políticas

- É necessária uma legislação ambiental suficientemente robusta, para permitir que os tribunais apliquem sanções severas e sentenças privativas de liberdade por crimes ambientais.
- É necessário garantir um claro mandato legal para que possam ser criados tribunais ambientais e para que estes funcionem de forma contínua e abrangendo toda a área geográfica dos recursos ambientais.
- São necessários magistrados e procuradores suficientemente qualificados para presidir e julgar casos ambientais.

Agradecimentos

Este caso de estudo foi pesquisado por Kelly Rosencrans, e revisto e atualizado por um Grupo focado em Parar a Pesca Ilegal, liderado por Alex van Praag, com Markus Burgener, Sandy Davies, Anabel Gomez, Antonia Hjort and Phil Snijman. As fotografias são uma cortesia de Markus Burgener, excepto a Terceira foto à direita, na página 2, que é cortesia de Angus Mackenzie.

Próximos Passos

Com vista a aumentar a consciencialização sobre a eficácia dos tribunais ambientais na luta contra as actividades ilegais, não-reportadas e não-regulamentadas, os esforços deverão ser concentrados em:

- Incentivar a realização de campanhas de sensibilização para **informar e educar** o público e os funcionários governamentais sobre os benefícios de tais tribunais.
- Partilhar **as melhores práticas** sobre como estabelecer estes tribunais especializados.
- Partilhar casos de estudo sobre os **efeitos positivos** e generalizados dos tribunais.

Além disso, para fortalecer os tribunais ambientais existentes, o foco deverá ser colocado em:

- **Promover parcerias** entre os procuradores e as autoridades policiais para que sejam seguidos procedimentos juridicamente sólidos que aumentem a possibilidade de acusações bem sucedidas.
- **Trabalhar com os Governos** para garantir que não existem áreas geográficas onde os pescadores furtivos não serão processados por um tribunal ou procurador especializados em direito do ambiente.
- **Ajudar a melhorar o conhecimento** dos procuradores e magistrados em direito do ambiente através da formação, orientação e troca de experiências.

Informações Adicionais



Parceria para as Pescas Africanas

Email: information@africanfisheries.org

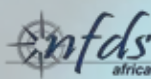
Website: www.africanfisheries.org



Nova Parceria para o Desenvolvimento de África

Email: info@nepad.org

Website: www.nepad.org



NFDS África – Equipa Coordenadora da Implementação do Programa SIF

Email: nfds@nfds.info

Website: www.nfds.info



TRAFFIC – Rede de Monitorização do Comércio de Vida Selvagem

Email: traffic@traffic.org

Website: www.traffic.org

Notas de Rodapé

- ¹ F. Nxumalo, "Segundo Tribunal Ambiental revela esconderijo de pescadores furtivos", Relatório de Actividades, 25 de Fevereiro de 2004. <http://www.busrep.co.za> (acedido em 20 de Maio de 2010).
- ² Ministério dos Assuntos Ambientais e do Turismo. "Ministros lançam o primeiro tribunal ambiental de sempre". 6 de Março de 2003. <http://www.info.gov.za/speeches/2003/03030616461002.htm>
- ³ Snijman, P.J. Análise do Tribunal Ambiental de Hermanus, comunicação pessoal com Markus Burgener.
- ⁴ Anon. "África do Sul estabelece um novo tribunal ambiental", Afrol News, 24 de Fevereiro de 2004. <http://www.afrol.com/articles/11360>.
- ⁵ Rogers, Guy. "Recurso dos Procuradores para um Tribunal de Círculo Ambiental" The Herald, 24 de Março de 2005. <http://www.theherald.co.za> (acedido em 20 de Maio de 2010).
- ⁶ Snijman, *op. cit.*
- ⁷ Ministério dos Assuntos Ambientais "Relatório Nacional de Conformidade e Execução Ambiental de 2009", 21 de Abril de 2010 www.info.gov.za/view/DownloadFileAction?id=112932 (acedido em 31 de Agosto de 2010)



Programa Parar a Pesca Ilegal

Email: pct@stopillegalfishing.com

Website: www.stopillegalfishing.com